

Uma alternativa ao limbo dos dados socioespaciais: análise espacial dos indicadores da desigualdade social na cidade de Campos dos Goytacazes / RJ

Glauca de Oliveira Claudio^{1*}; Leandro Bruno Santos^{2}**

¹ Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG), Universidade Federal Fluminense (UFF).

* E-mail: glauca_oliveira@id.uff.br

² Docente do Departamento de Geografia de Campos (GRC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG), Universidade Federal Fluminense (UFF).

** E-mail: leandrobruno@id.uff.br

Recibido: 30/06/2022; Aceptado: 20/07/2022; Publicado: 31/07/2022

Resumo

As sucessivas descontinuidades dos dados socioeconômicos têm sido uma realidade em países como o Brasil, afetando não apenas vida dos mais pobres que precisam de políticas assistenciais, mas também dificultando pesquisas que possam servir de apoio às políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais. Este texto mostra os percursos metodológicos para superar a ausência do censo demográfico de 2020 em uma pesquisa sobre a exclusão social em Campos dos Goytacazes-RJ nas primeiras décadas do século XX. O objetivo com este texto é contribuir com o uso de outras fontes de dados e também com metodologias e técnicas de pesquisa (Python, Qgis) para a análise da desigualdade social. Apesar das dificuldades com relação aos recortes espaciais de cada base de dados, o uso de fontes de dados alternativas ao Censo Demográfico, como é o caso do CadÚnico, possibilitou entender as várias formas da exclusão social em que estão submetidas as pessoas que se utilizam do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Os resultados indicam que cerca de 70,4% das pessoas cadastradas vivem em pobreza e extrema pobreza, 60,9% vivem sem condições ideais de moradia, estando situadas nos bairros mais periféricos da cidade de Campos dos Goytacazes.

Palavras-chave: Exclusão social; indicadores sociais; análise espacial; Campos dos Goytacazes.

An alternative to the limbo of socio-spatial data: spatial analysis of indicators of social inequality in the city of Campos dos Goytacazes / RJ

Abstract

The successive discontinuities of socioeconomic data have been a reality in countries such as Brazil, affecting not only the lives of the poorest who need care policies, research that can serve as support

for public policies aimed at reducing social inequalities. This text shows the methodological pathways to overcome the absence of the demographic census of 2020 in a research on social exclusion in Campos dos Goytacazes-RJ in the first decades of the twentieth century. The objective of this text is to contribute to the use of other data sources and also with research methodologies and techniques (Python, Qgis) for the analysis of social inequality. Despite the difficulties regarding the spatial scales of each database, the use of alternative data sources to the Demographic Census, as is the case of CadÚnico, made it possible to understand the various forms of social exclusion in which people who use the Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) are subjected. The results indicate that about 70.4% of registered people live in poverty and extreme poverty, 60.9% live without ideal housing conditions, being located in the most peripheral neighborhoods of the city of Campos dos Goytacazes.

Keywords: Social exclusion; social indicators; spatial analysis; Campos dos Goytacazes.

1. Introdução

Estar à margem, à beira, à borda de um sistema são alguns dos significados etimológicos da palavra de origem Latim "*Limbus*", assim como ser esquecido, negligenciado e jogado às incertezas. Esse termo retrata os problemas enfrentado por aqueles que vivem em condições socioeconômicas precárias e vivem à margem de um sistema capitalista que os deixa vulneráveis a situações cada vez mais desumanas. Estas incertezas se fazem presentes não apenas na forma em que estas pessoas precisam viver, mas também atuam por meio articulações que dificultam o olhar para as reais necessidades.

O limbo mencionado no título deste artigo está voltado, não apenas para as condições de incertezas que assolam aqueles que vivem em situações de exclusão social, mas principalmente para o perigo que a falta de um diagnóstico socioespacial com dados atualizados pode resultar em um apagamento da real situação na qual esta população está inserida. A ausência de dados também influenciar no andamento de pesquisas acadêmicas que buscam dar voz e visibilidade a estes problemas socioespaciais.

O presente artigo contribui com um relato das mudanças sofridas em um projeto de pesquisa de pós-graduação durante a sua execução em função das incertezas frente ao cenário político, social, econômico e pandêmico no qual o Brasil se encontra. Essa situação nos levou a pensar em alternativas de fontes de dados para que a produção de conhecimento científico e o retorno à sociedade permaneçam mesmo em meio a tentativas de silenciamento de dados necessários à análise espacial das desigualdades sociais.

O censo demográfico é um dos mais importantes parâmetros para todos que pretendam compreender, apontar e pôr em prática ações que possam amenizar as desigualdades sociais que assolam principalmente a população que vive em condições precárias de vida, cujos direitos básicos de moradia, renda digna, saúde, educação, etc. são levados a condições cada vez mais precárias e até mesmo inexistentes. No Brasil, o censo demográfico é respaldado pela Lei 8.184/91 que estabelece a

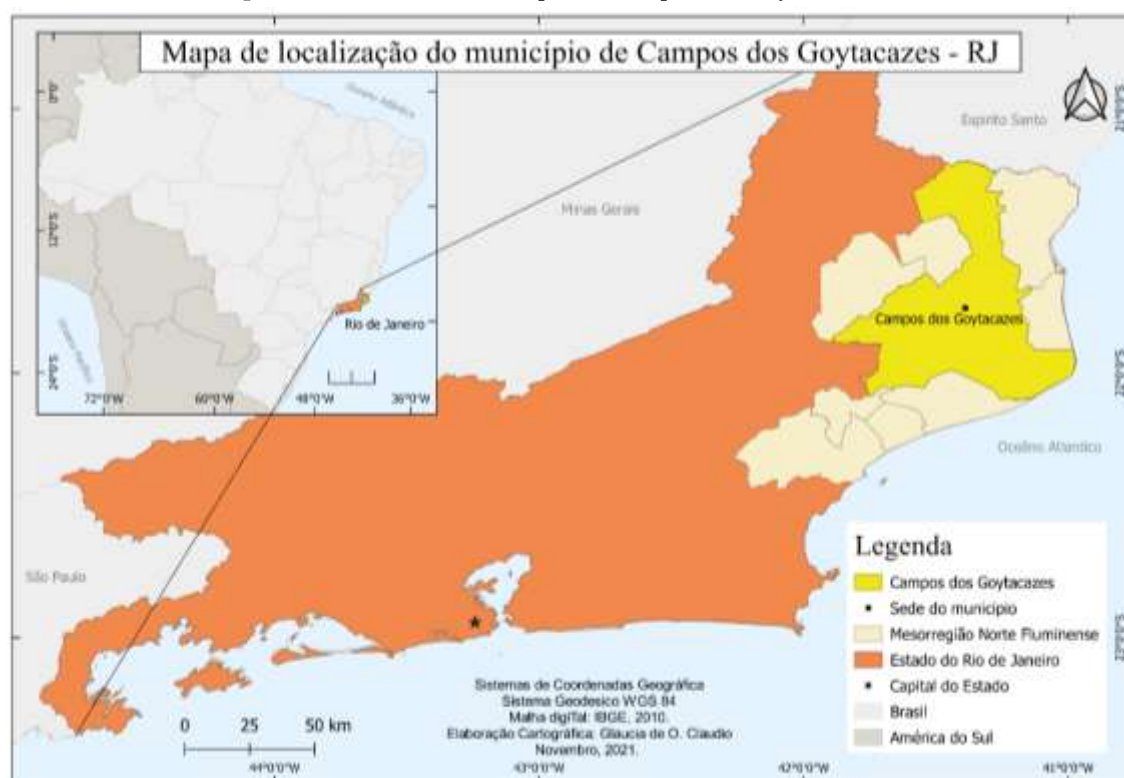
sua realização a cada dez anos, para que possam ser feitos diagnósticos sobre a população e apoiar políticas públicas. Além disso, o censo demográfico permite uma leitura mais precisa das particularidades do espaço ao adentrar a escala dos domicílios.

Porém, a falta da disponibilidade dos dados do censo demográfico no ano de 2020 deixou o país preso em um limbo com a defasagem dos dados, considerando que o último censo tem mais de dez anos. Esse atraso no censo se deve às transformações políticas, sociais e econômicas recentes, que incluem uma conjuntura de aprofundamento das políticas neoliberais de enxugamento do Estado e também de uma estratégia política malsucedida de impedir uma real compreensão dos impactos sociais da pandemia. É nesse contexto que fazemos os seguintes questionamentos: Quais os impactos da falta do censo demográfico para os municípios brasileiros? Quais os impactos da falta de censo demográfico para as pesquisas acadêmicas que têm como base principal a base de dados do Censo Demográfico?

O presente artigo parte dessa segunda pergunta, não tentando respondê-la de fato, mas com o propósito de apresentar um destes impactos sobre uma pesquisa acadêmica que inicialmente se estruturou tendo expectativa o uso dos microdados do Censo Demográfico que seria realizado em 2020. Contudo, em meio às incertezas e à ausência do censo, a pesquisa teve que ser reorientada no sentido buscar alternativas para a realização de uma análise das desigualdades sociais na cidade de Campos dos Goytacazes sem ficar restrita a uma base de dados desatualizada.

Nesse texto, nosso objetivo geral é apresentar uma alternativa de análise dos dados socioespaciais na cidade de Campos dos Goytacazes, em tempos de incertezas em relação aos dados provocados pela falta de atualização do censo demográfico. Quanto aos objetivos específicos, temos: a) Apresentar a importância do censo demográfico e das existências de bases de dados que auxiliem a leitura socioespacial; b) Identificar o contexto que levou ao silenciamento dos dados e a necessidade de recorrer a outras bases de dados; c) Descrever os caminhos percorridos para chegar às bases alternativas de dados; d) Sistematizar as desigualdades sociais dando ênfase à exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes.

Pensando em abordar as desigualdades sociais sob a perspectiva da exclusão social, estabelecemos como recorte espacial a cidade média de Campos dos Goytacazes (Mapa 1), situada na mesorregião norte do estado do Rio de Janeiro. A cidade é sede do maior município dessa região, cuja extensão territorial é de 4.032,487 km² e apresenta, de acordo com o censo demográfico IBGE 2010, uma população de 463.731 pessoas.

Mapa 1. Localização do município de Campos dos Goytacazes – RJ.

Fonte: Malha digital IBGE 2010. Elaboração: Gláucia de O. Claudio

A população estimada no ano de 2021 é de 514.643 pessoas (IBGE, 2021). Se levarmos em conta a estimativa populacional, temos um aumento de mais de 50 mil pessoas no município em relação ao último censo. Cabe ressaltar aqui que a estimativa no ano de 2021 ocorre no momento em que já se sente a falta do censo demográfico, o qual deveria ser realizado no início de cada década. E isso gera algumas implicações como a dificuldade de diagnósticos socioeconômicos e também o próprio repasse de recursos constitucionais do governo federal para os estados e municípios que fazem parte da federação.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos neste artigo, abordaremos os seguintes pontos:

a) A importância do censo demográfico e das existências de bases de para a leitura socioespacial

Primeiramente, precisamos entender quando e por qual motivo surge o censo demográfico no Brasil. As primeiras tentativas de levantamento de informações sobre a população brasileira surgem no século anterior à primeira aplicação do censo. Em 1750, sob interesses militares, o levantamento era realizado de forma restrita, voltado apenas a contabilização da população “apta a ser convocada para a defesa do território” (MEMÓRIAS IBGE, p. s/n, 2022).

O censo demográfico de fato surge pela primeira vez no ano de 1872 na tentativa de unificar o levantamento de dados estatísticos populacionais que vinha ocorrendo de forma fragmentada no país e sem o foco nos habitantes, pois não eram apresentados sob a forma de dados estatísticos e sim em

[...] relatórios preparados com outras finalidades, como os relatórios de autoridades eclesiásticas, sobre os fiéis que freqüentavam a igreja, e os relatórios de funcionários da Colônia, enviados para as autoridades da Metrópole. Usava-se, também, como fonte de informação, as estimativas da população fornecidas pelos Ouvidores, ou outras autoridades, à Intendência Geral da Polícia (MEMÓRIAS IBGE, p. s/n, 2022).

É só então em 1872 que surge o primeiro censo demográfico com a finalidade de reunir conjunto de dados estatísticos com o intuito de abranger todo o território nacional. Não aprofundaremos as mudanças ocorridas no censo demográfico ao longo dos anos, mas vale destacar a frequência de sua ocorrência. Antes mesmo do ano de sua efetiva aplicação, houve alguns regulamentos para se pensar o intervalo de sua aplicação. Inicialmente pensado para ocorrer a cada oito anos ainda em 1846, sem sucesso por sinal, e só então a partir de 1870, por meio da Diretoria Geral de Estatística, que foi regulamentado para ocorrer a cada 10 anos. Cabe destacar também que houve alguns episódios na história brasileira em que o censo não foi realizado (Quadro 1).

Quadro 1. Anos em que o censo demográfico não foi realizado desde sua regulamentação de 10 anos.

Ano	Motivos
1880	Extinção da Diretoria Geral de Estatística
1910	Motivos políticos e cerceamento da Diretoria Geral de Estatística
1930	Revolução de 1930

Fonte: Ladem, 2019. Adaptado pelos autores

Outro ponto que podemos observar é o salto no número de habitantes no intervalo de 20 anos em que o país ficou pela falta destes censos (Quadro 2).

Quadro 2. Acréscimo da população entre os censos demográficos.

Ano	Habitantes	Acréscimo da população
1872	10.112.061	4.221.854
1890	14.333.915	
1900	17.438.434	13.197.171
1920	30.635.605	
1920	30.635.605	10.602.710
1940	41.238.315	

Fonte: Ladem, 2019. Adaptado pelos autores

Apenas a diferença de habitantes no intervalo de 20 anos do Censo não é suficiente para nos mostrar como a sua real importância para o diagnóstico da população brasileira. Durante o pós Segunda Guerra Mundial, Silva Simões (2016) mostra que o país atingiu aproximadamente 2,99% de taxa média geométrica de crescimento anual até a década de 1960. No último censo de 2010, essa taxa atingiu 1,17% ao ano. Em números absolutos, equivale aproximadamente a mais de 20 milhões de

habitantes no período de 10 anos. E grande parte disso, segundo o autor supracitado, está atrelado ao intenso crescimento urbano dos grandes centros nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e à expansão das atividades agrícolas.

Considerando que estes números são vidas, estes não podem ficar invisíveis perante às políticas públicas que ocorrem a partir do levantamento de dados estáticos que permitem um olhar mais preciso sobre as questões socioeconômicas na qual estas pessoas estão inseridas. A cidade que é recorte deste estudo se insere nesse contexto, tendo conhecido um crescimento populacional vinculado ao processo de urbanização acelerada, que trouxe consigo uma gama de problemas sociais que se refletem na desigualdade social e na pobreza que atinge inúmeras famílias, as quais não podem ficar invisibilizadas e sem a garantia de seus direitos.

À invisibilidade se somam outros problemas com a ausência do censo, entre eles a perda de credibilidade perante padrões internacionais por conta da falta de dados atualizados que orientem o governo tomar decisões, situação que se coloca de forma proposital na medida em que o próprio governo procura omitir a real situação em que o país se encontra. E também há outras implicações econômicas, considerando que o censo é também uma bússola para empresas e fundos que buscam investir no país.

Além disso, a ausência do censo interfere diretamente nos repasses de fundos realizados pelo Governo Federal, tais como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que afeta diretamente os recursos de Campos dos Goytacazes, por exemplo, visto que as transferências têm como base o percentual de crescimento da população. E se não há um levantamento adequado do crescimento populacional, pode ocorrer um repasse incompatível com as demandas de cada localidade, visto que municípios em menor crescimento podem receber mais repasses que aqueles que tiveram uma maior expansão demográfica. Além disso, a falta do censo demográfico resulta no desvio de foco das políticas públicas que impactam diretamente programas sociais como o Bolsa Família, o qual utiliza a base de dados do censo IBGE para realizar o panorama das áreas onde vivem as populações e da própria composição domiciliar.

b) Contexto atual que levou ao silenciamento dos dados e a necessidade de recorrer a outras bases de dados

Um dos primeiros motivos levantados para a não realização do censo demográfico no ano de 2020 foi o corte orçamentário de cerca de 88% do valor total de R\$ 2 bilhões que seriam necessários para a realização do Censo. Essa asfixia orçamentaria paralisou o órgão responsável pela aplicação, IBGE, levando-o a suspender a realização do censo, visto que seria inviável mobilizar toda infraestrutura, equipamentos e contratações de agentes com apenas 12% do orçamento previsto.

Outro fator que contribuiu para o adiamento foi o surgimento e a rápida disseminação da pandemia do Sars-Cov 2 no ano de 2020, que resultou no isolamento social e ampliou as incertezas acerca dos repasses necessários, porque a forma de aplicabilidade do censo requer que recenseadores se desloquem para os domicílios das pessoas. Esse contexto pandêmico levou ao adiamento, mais uma

vez, da realização do censo demográfico. Foi somente após pressão popular e união de forças políticas que o Supremo Tribunal Federal reverteu o cancelamento do censo e obrigou o governo federal a inseri-lo no orçamento do ano de 2022.

Ambas situações acentuaram e dificultaram a leitura sobre as desigualdades sociais no Brasil, particularmente em um contexto de uma pandemia que ocasionou, entre outras coisas, maior desemprego e redução dos salários. A primeira dificuldade é pelo limbo em que nos coloca em dez anos de falta de atualização de dados demográficos, a sua própria realização tardia dificultará qualquer base comparativa com os censos precedentes. E a segunda é um fenômeno pandêmico de caráter recente que ainda apresenta seus efeitos instáveis e imensuráveis, mas que servem para desnudar as mazelas que a falta do censo 2020 não conseguiu omitir.

c) Caminhos percorridos para chegar às alternativas de bases selecionadas para a análise

O interesse pela pesquisa surgiu no ano de 2017 com o projeto de Desenvolvimento Acadêmico financiado pelo PROGRAD intitulado “Mapa da exclusão social da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ”, desenvolvido para produção e leitura de indicadores sociais territorializados por meio de representações cartográficas da cidade de Campos dos Goytacazes. Projeto este que fora avançando concomitantemente com a pesquisa de conclusão de curso em bacharelado no ano de 2018, intitulado “Os Espaços da Exclusão Social na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ”, que teve como objetivo a espacialização da exclusão social mediante a construção de quatro indicadores sociais (educação, ambiente, economia, demografia) que fossem de fácil compreensão pela população e pelos gestores públicos, a partir do comparativos dos setores censitários divulgados pelos censos demográficos IBGE 2000 e 2010.

Na pesquisa de mestrado, a expectativa inicial era dar continuidade à pesquisa anterior que tinha como base os dados do censo demográfico e realizar um comparativo do mapeamento de exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ nas duas primeiras décadas do século XXI. No entanto, houve profunda alteração da proposta inicial com os acontecimentos que atravessaram a pesquisa, tais como: a falta do censo demográfico 2020, que seria utilizado a fim de dar continuidade na análise das pesquisas iniciais já desenvolvidas (Oliveira & Santos, 2019), como o comparativo dos setores censitários das duas primeiras décadas do século XXI; e a pandemia do Sars-Cov 2 iniciada no ano de 2020 que, por conta do isolamento social, nos forçou a pensar em outras estratégias para executar a pesquisa, entre elas o uso de dados do CadÚnico.

Os microdados do Censo Demográfico são importantes para a elaboração e aplicação de políticas públicas com foco na redução de desigualdades sociais, porque suas variáveis permitem construir indicadores que perpassam demografia, renda, escolaridade e condições de moradia (Januzzi, 2005)¹. Temos também base de dados com foco em populações em situações de maior vulnerabilidade social,

¹ Dentre as propriedades indicadas por Januzzi (2005), os indicadores devem ser capazes de visualizar as mudanças da realidade, ter metodologias transparentes e confiáveis, além de ser capas de realizar uma cobertura populacional por meio de periodicidades.

como por exemplo os dados do Cadastro Único das Famílias – CadÚnico, o qual é realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de cada município, e que também utilizam os dados do censo demográfico IBGE como base para compreender os territórios na qual estão espacializados.

d) A exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes tem sido marcada por processos econômicos que estão atrelados a interesses elitistas que atuam por meio do Estado não apenas como instrumento de poder, mas também como arena de luta de classes (Carnoy, 1988). Os atores e agentes econômicos se respaldam por meio do poder político e legislativo para a estruturação e expansão do espaço urbano, beneficiando-se desse processo enquanto as classes sociais menos favorecidas permanecem desassistidas.

Segundo Martins (2002), a exclusão social nos diz mais sobre as questões sociais do que sobre a economia, é algo que abrange muito mais do que a distribuição de renda, envolve a “distribuição equitativa de bens sociais”. Estes bens, porém, acabam sendo distanciados de grande parte da população a partir do momento em que o capitalismo, fazendo uso de suas forças, busca a expansão a qualquer custo, “debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do processo sem ética, nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injusto e socializa perdas, crises e problemas sociais” (Martins, 2002: 11), criando situações precárias e, até mesmo, desumanas, do que seria uma inclusão criada pela mesma sociedade que exclui. Ocasionalmente a deterioração de valores éticos que deveriam permear as relações sociais, que, segundo Gabatz (2015), torna a exclusão e a inclusão relações de forças que se inserem na lógica neoliberal, resultando na desestruturação do direito à cidadania, pois

[...] a exclusão é definida, neste contexto, como a negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante das vidas das pessoas e coletividades (Faleiros, 2006: 4 apud Gabatz, 2015: 38).

Ou seja, falar de inclusão social é ter em mente que se trata de acesso à cidadania plena e não apenas uma inclusão à margem do sistema capitalista. Isso foi bem criticado por Demo (2005), ao elucidar que a inclusão social acaba sendo utilizada para mascarar o que vem sendo a margem do sistema capitalista e não uma inclusão de fato, tomando como exemplo que “famílias integradas no programa Bolsa Família, de certa maneira, melhoram suas condições materiais de vida, mas dificilmente conseguem sair desta situação assistida. É isto inclusão social? Facilmente aceitamos como inclusão social a inclusão à margem” (Demo, 2005: 36).

Trazer para debate a exclusão social, a pobreza e a desigualdade social possibilita, além da identificação das áreas que são mais afetadas pela falta de serviços básicos e cruciais à cidadania, trilhar caminhos para que esta arena de disputa e prevalência de interesses dentro do Estado (especialmente, o poder público local) possa ser contestada.

2. Materiais e métodos

Entre os procedimentos metodológicos, destacamos o levantamento e a construção de indicadores sociais a partir dos microdados dos censos demográficos (2000 e 2010) a nível de setores censitários, sendo que cada setor tem aproximadamente 700 pessoas. Os dados do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS foram levantados a nível de território de atuação de cada CRAS, que abrangem diversos bairros. A escolha dessas duas bases visa contemplar as mudanças, especificidades e cobertura e confiabilidade que os indicadores sociais devem possuir (Jannuzzi, 2005).

Considerando que os dados são detalhados e volumosos, foi fundamental o uso de ferramentas de mapeamento para tratamento estatístico e espacial dos dados, por meio de agrupamento por pares recíprocos e dos quantis, a fim de proporcionar uma leitura das desigualdades territoriais intra urbana. Optamos pelo uso de softwares livres e abertos (QGIS, Philcarto).

Para compreender a espacialização dos territórios do CRAS na cidade de Campos dos Goytacazes, foi realizado o contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Esse órgão municipal forneceu um relatório de indicadores sobre a situação de famílias cadastradas do CadÚnico do município de Campos dos Goytacazes, sendo que, no relatório, os dados estão disponibilizados de acordo com a territorialização da Política Municipal de Assistência Social. As informações do CRAS foram obtidas na forma de tabelas por território de atuação.

O primeiro passo para a elaboração cartográfica foi a criação de tabelas para inserir o código identificador de cada território. Para isso, foi necessário a consulta no site do sistema de cadastros SUAS - CadSUAS que fornece informações de serviços socioassistenciais de cada município. A opção por trabalhar com os códigos de localização busca amenizar possíveis variações ortográficas nos nomes fornecidos nos relatórios que podem ocasionar erros na união de base de dados.

O segundo passo foi identificar quais bairros pertencem a cada território do CRAS e seus respectivos códigos. Optamos pelo acesso às malhas digitais dos bairros atualizadas e fornecidas pelo Centro de Informação e Dados de Campos (CIDAC) para realizar a junção de informação. Uma das dificuldades encontradas inicialmente foi a identificação dos bairros pelos nomes fornecidos no relatório, as divergências na identificação demandaram uma investigação caso a caso para compreender a qual bairro se referia de acordo com a malha digital.

O terceiro passo foi a sistematização de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, mediante o Relatório Técnico de condições de moradia referente ao ano de 2020. Como as tabelas fornecidas no relatório estavam no formato de texto em PDF, foi necessária a sua extração para arquivo xls, mediante o uso de linguagem de programação em Python utilizando tabula-py e a biblioteca de uso gratuito Pandas para exportação das tabelas para o Excel. Num primeiro momento foram extraídas as seguintes informações apresentadas neste artigo: número de famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único; renda familiar; condições ideais de moradia;

acesso ao abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e escoamento sanitário e existência de banheiros.

O quarto passo envolveu a construção dos mapas temáticos utilizando o software livre Qgis, por meio do qual processamos os dados levantados na malha digital territorial IBGE com projeção geográfica SIRGAS 2000. Também foi feita a união de camadas dos territórios com os bairros, que foram categorizados por cores aleatórias para possibilitar uma visualização dos territórios por bairros atendidos, além da espacialização dos 13 CRAS presentes no município.

3. Resultados

Os resultados atingidos são tanto teóricos quanto empíricos. Essa seção traz, na sequência, uma discussão teórica importante sobre o conceito de território para a elaboração e implementação de políticas públicas. Na subseção seguinte, exploramos os dados obtidos junto ao CRAS a respeito das famílias cadastradas em situação de pobreza e extrema pobreza.

3.1 Território e políticas públicas

Quando falamos da dimensão territorial, segundo Nascimento & Melazzo (2013), estamos falando de um conceito estratégico para que a organização de Políticas Públicas assistencialistas se organize em distintas escalas e movimentos, não sendo apenas um território que se localiza, mas que é movimento das relações de poder. Conforme afirma Lindo (2011), a dimensão territorial para a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e também para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2005) ainda se encontra amarrada à localização e não à problematização e às estratégias para encarar questões de vulnerabilidade e riscos sociais.

O próprio Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), por exemplo, é uma forma de consolidação do SUAS e que busca descentralizar e superar a fragmentação das ações e também ampliar a cobertura de acesso. Mas, ao fazer isso, prende-se a localização e proximidade, não avançando a dimensão territorial com seus devidos olhares a respeito do “permanente processo de produção do espaço e os vários sentidos que o uso do território pode assumir no desenvolvimento de políticas públicas” (Nascimento & Melazzo, 2013: 67).

Para a Norma Operacional Básica - NOB-SUAS/2005, o território é apenas uma forma de organização do sistema, em que os planejamentos devem ser pensados territorialmente da seguinte forma: [...] o território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção de desconstrução de vínculos cotidianos, de disputa, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008: 54, apud Nascimento & Melazzo, 2013: 69). O território é tratado ao mesmo tempo como produzido pelos sujeitos e também como subdivisão de áreas. E, para os autores, os territórios merecem ser pensados de forma a problematizar as questões territoriais e para compreender as múltiplas escalas geográficas que os cercam.

Nascimento & Melazzo (2013) afirmam que o território não pode ser tratado como homogêneo, pois existem diferentes segmentos da população que se configuram em distintos “sujeitos coletivos de ações político-territorial” (Nascimento & Melazzo, 2013: 69). Portanto, para a Política de Assistência Social é preciso compreender tais particularidades e só assim

[...] incorporar a abordagem territorial na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Para tanto, é preciso pensar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais no poder (Koga & Nakano, 2005: 28 apud Nascimento & Melazzo, 2013: 70).

Mesmo não conseguindo se livrar de uma abordagem territorial voltada para a localização, as políticas públicas assistencialistas reconhecem que não podem tratar o território sob uma perspectiva homogeneizadora, pois reconhecem as desigualdades e as diferenciações que fazem parte do território, e isso faz com que o território seja importante para análise e ação da Política Pública de Assistência Social. E para entender estas diferenciações, é preciso compreender que o território é utilizado para aproximar as políticas públicas de Assistência Social quando esta não é reduzida à localização e proximidade. Ou seja, a proximidade e a localidade não garantem que os cidadãos tenham o acesso facilitado e que as respostas às suas necessidades sejam atendidas.

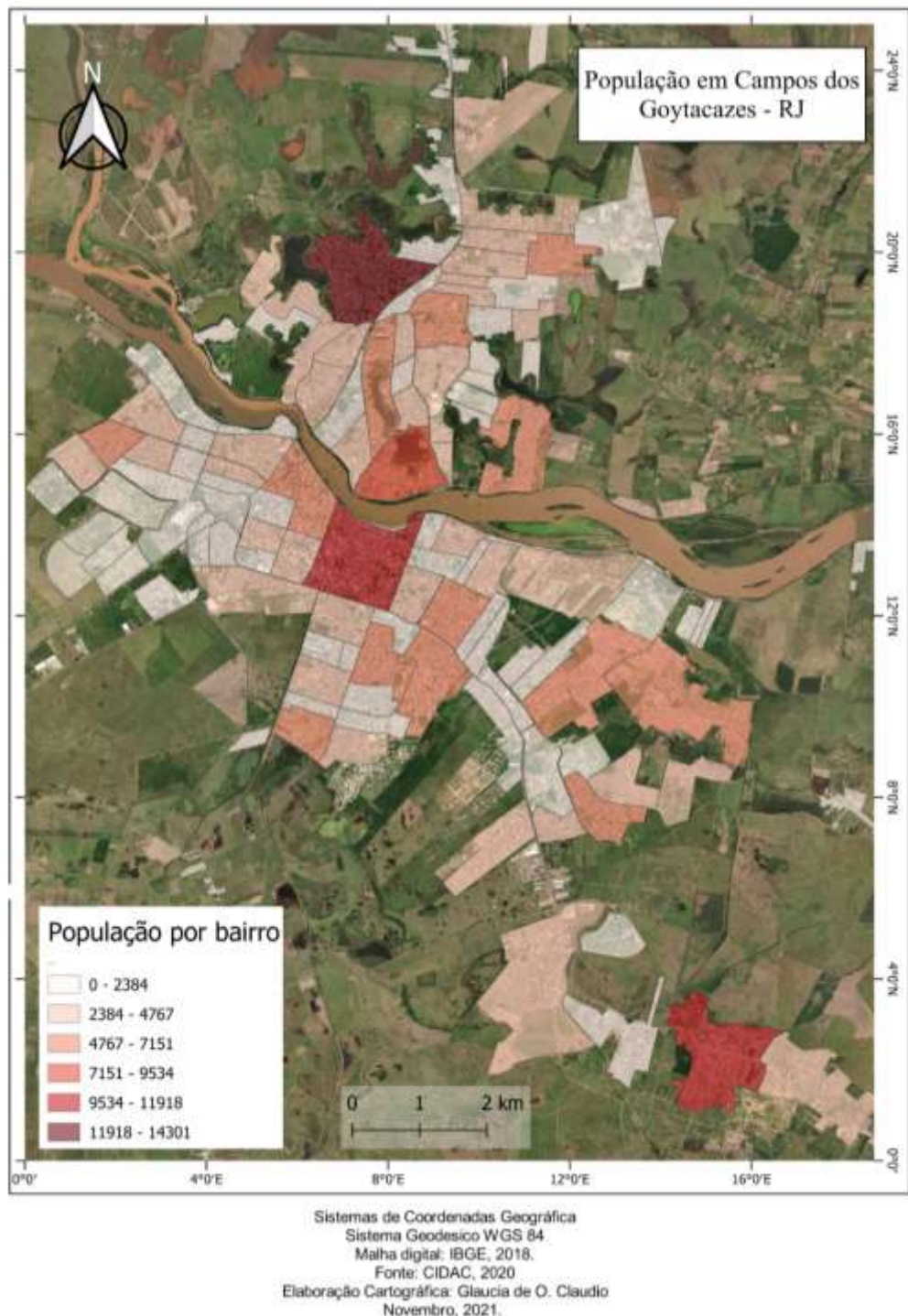
Nascimento & Melazzo (2013) salientam que identificar a instalação de serviços socioassistenciais, onde há territórios vulneráveis – que, segundo Kaztman (1999), está relacionado ao acesso ao bem estar social -, implica compreender as estruturas de oportunidade a estes acessos e a sua falta culmina na pobreza e exclusão social. Logo, para haver a identificação destes territórios, é preciso reconhecer os riscos aos quais sujeitos estão expostos e só assim é possível "organizar programas para preveni-los evitando que se instalem ou para atenuá-lo, no caso de já terem provocado agravos ou sequelas individuais e sociais" (Nascimento & Melazzo, 2013: 73). Dessa forma, o acesso a políticas e programas assistencialistas é uma forma que estas vulnerabilidades sejam reduzidas, pois aumentam a capacidade de respostas.

Em relação à dimensão territorial, os referidos autores, com base em Koga (2003), afirmam que a base para as políticas públicas é a cidade e seus territórios e isso requer pensar não apenas na variedade dos serviços, mas principalmente como espaços públicos que possibilitem o fortalecimento da cidadania. Sendo assim, o território torna-se palco da materialização e descentralização das ações e tomadas de decisões e pode ser considerado a partir do seu uso. Conforme salienta Santos (1997), o território só é útil para análise social quando seu uso é usado. E este território usado está relacionado à dinâmica dos atores sociais que o utilizam. Portanto, o território em si para a análise social não é o ponto em questão, mas o uso deste território que o torna objeto de análise. E isso requer pensar que o território é dinâmico, “decorrente das relações entre os que nele vivem e das relações destes com os que vivem em outros territórios (Nascimento & Melazzo, 2013: 76).

3.2 Análise exploratória dos dados do CRAS de Campos dos Goytacazes

No perímetro urbano de Campos dos Goytacazes (Mapa 2), a população encontra-se especializada em sua maioria no eixo norte da cidade, onde o bairro de Parque Guarus concentra uma população superior a 11.918 pessoas, um número mais expressivo que o eixo central da cidade com uma população de aproximadamente 9.534 pessoas.

Mapa 2. População no perímetro urbano por bairros no município de Campos dos Goytacazes – RJ.

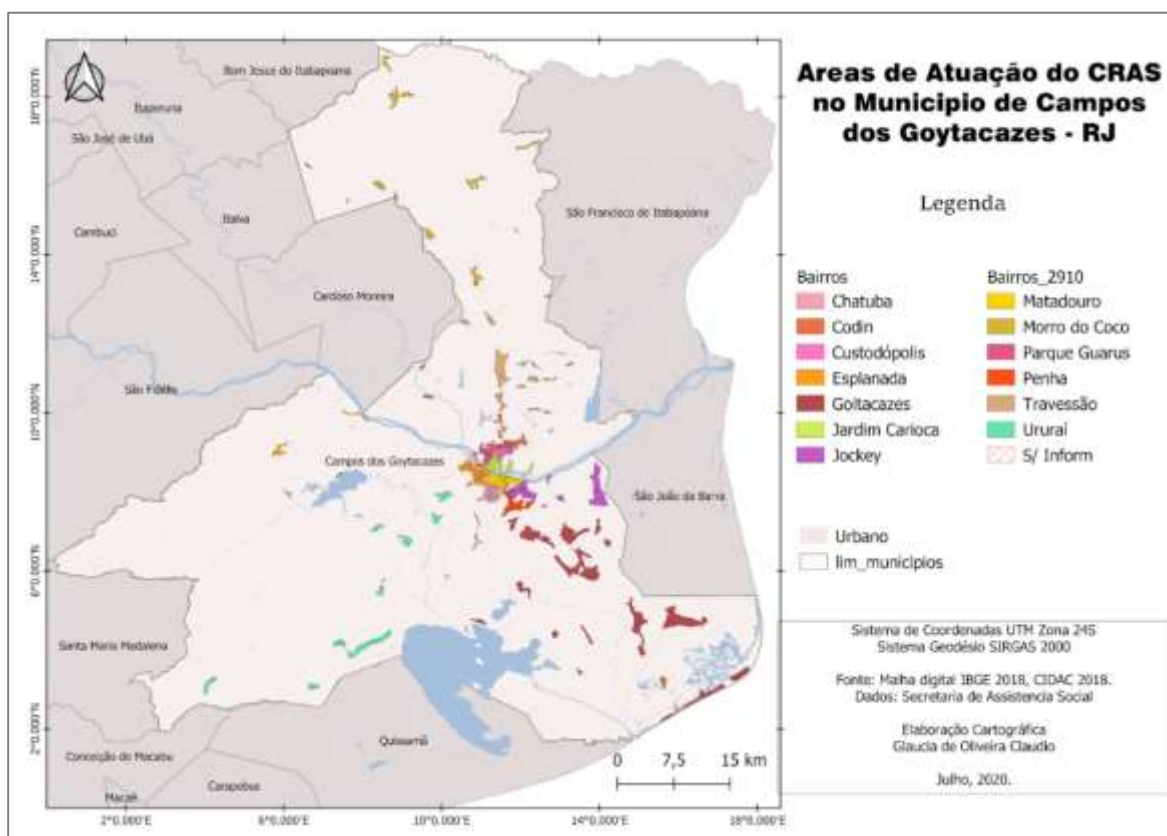


Fonte: CIDAC, 2020. Elaborado por: Glaucia de Oliveira Claudio

Dos setenta e oito bairros que compõem o perímetro urbano da cidade, a soma dos vinte e dois mais populosos (129.644 pessoas) é maior que a soma dos outros cinquenta e seis bairros restantes (123.346 pessoas).

No que tange ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), cabe lembrar que é um equipamento público que atua realizando o cadastro das famílias por território, cuja área compreende um conjunto de bairros atendidos por cada unidade responsável. Ao todo, temos 13 CRAS no município de Campos dos Goytacazes (Mapa 3), dos quais 10 estão situados no perímetro urbano.

Mapa 3 - Áreas de atuação do CRAS no município de Campos dos Goytacazes – RJ.



Fonte: Boletim Socioterritorial SMDHS, 2019.

Considerando os bairros mais populosos da cidade, podemos identificar onde estão situados esses bairros por territórios de atuação do CRAS (Tabela 1).

Tabela 1 – Identificação dos 22 bairros mais populosos por área de atuação de território do CRAS em Campos dos Goytacazes – RJ.

Pessoas	Bairros	Território	Pessoas	Bairros	Território
12820	Prq. Guarus	Prq. Guarus	5317	Prq. Nova Brasília	Esplanada
10071	Centro	Matadouro	5157	Vila Industrial	CODIN
8843	Prq. Vicente Gonçalves Dias	JD.Carioca	5051	Prq. Conselheiro Tomaz Coelho	Esplanada
6984	Prq. Novo Msundo	Custodópolis	4824	Prq. Jockey Club	Jockey

6696	Prq. Prazeres	JD. Carioca	4610	Prq. Avenida Pelinca	S/Inf
6302	Prq. Fazenda Grande	Chatuba	4462	Prq. Vera Cruz	Prq. Guarus
6180	Prq. Niterói	JD. Carioca	4227	Prq. Fundão	Prq. Guarus
5928	Da Penha	Penha	4198	Caju	Esplanada
5517	Prq. João Maria	Chatuba	3928	Prq. Aurora	Chatuba
5462	Prq. Turf Club	Matadouro	3892	Prq. Pecuária	Esplanada
5369	Prq. Rui Barbosa	Chatuba	3806	Prq. João Seixas	Chatuba

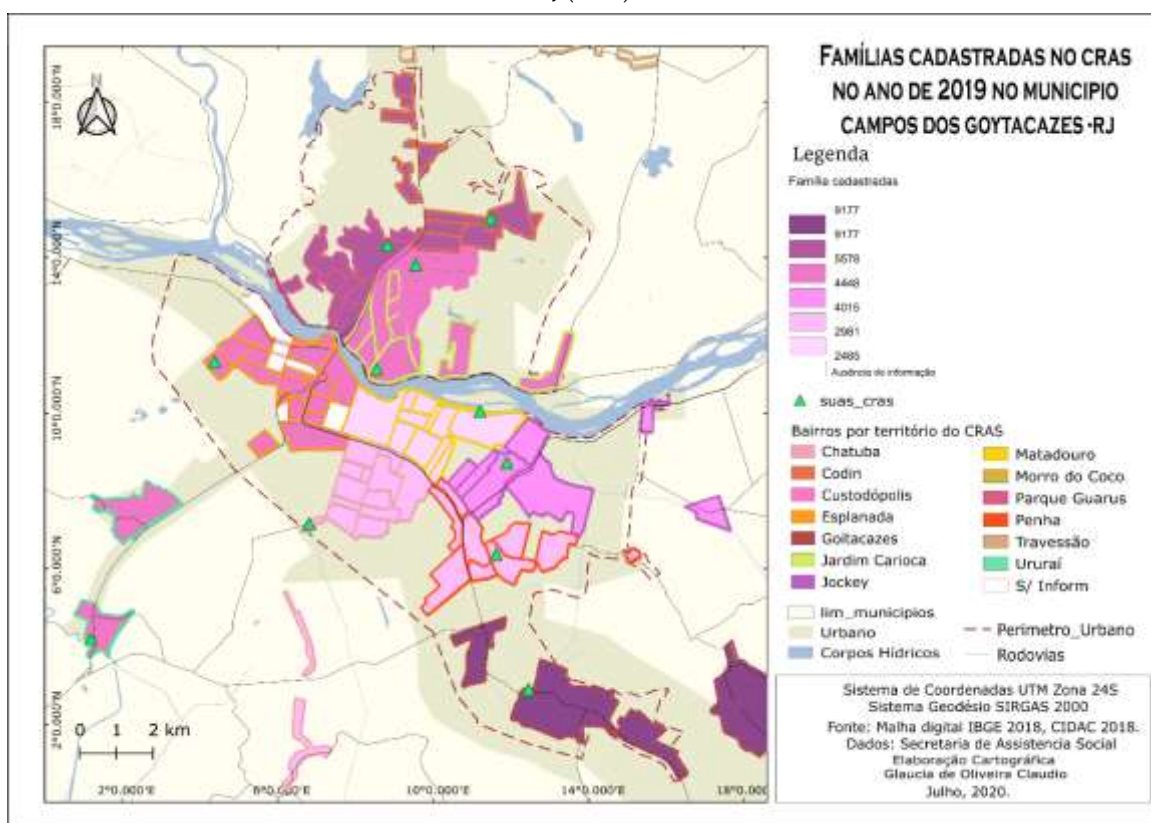
Fonte: Censo demográfico IBGE, 2010 e Boletim Socioterritorial SMDHS, 2019.

Elaborado por: Glaucia de Oliveira Claudio

Os 22 bairros estão, em ordem decrescente, situados nos territórios de Chatuba com 24.922 pessoas; Jardim Carioca com 21.719 pessoas; Parque Guarus com 21.509 pessoas; Esplanada com 18.458; Matadouro com 15.533; Custodópolis com 6.984 pessoas; Penha com 5.928 pessoas; Codin com 5.157 pessoas e Jockey com 4.824.

Considerando o quantitativo de pessoas nos bairros atendidas pela CRAS, cujo número atingiu 47.883 famílias em 2019, percebemos que existem bairros situados em alguns territórios que mais se destacam (Mapa 4).

Mapa 4 – Famílias cadastradas no CRAS no perímetro urbano do município de Campos dos Goytacazes – RJ (2019).



Fonte: Boletim Socioterritorial SMDHS, 2019.

O território de Goytacazes, apesar de ter seu centro de referência dentro do perímetro urbano, possui uma área de abrangência que se estende até bairros em direção ao litoral do município de Campos dos Goytacazes. Por essa razão, apesar de este território se destacar em alguns indicadores, não podemos considerá-lo por completo, pois o nosso recorte espacial é o perímetro urbano.

No período de 2018 a 2021, houve um acréscimo de 17,80% de famílias cadastradas no CRAS no perímetro urbano da cidade de Campos, ou seja, de 47.883 famílias contabilizadas no início de 2019, houve um aumento de 10.370 famílias, totalizando 58.253 famílias nos dez CRAS que atuam no perímetro urbano. E dessas 58.253 famílias, cerca de 82,2% vivem em condições de extrema pobreza e 5,31% vivem em condições de pobreza. Em números absolutos, as famílias estão distribuídas nos treze territórios do CRAS da seguinte forma (Tabela 2).

Tabela 2: Famílias cadastradas em extrema pobreza e pobreza no CRAS do município de Campos dos Goytacazes – RJ.

Território	Extrema pobreza até R\$ 89,00	Pobreza entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00	TOTAL
Chatuba	1996	285	2281
Codin	5019	288	5307
Custodopolis	3940	131	4071
Esplanada	3865	259	4124
Goitacazes	7288	523	7811
Jardim Carioca	3151	559	3710
Jockey	3234	221	3455
Matadouro	1493	133	1626
Morro Do Coco	2471	150	2621
Parque Guarus	5508	212	5720
Penha	2430	153	2583
Travessão	3319	208	3527
Ururai	4164	267	4431
Território Não Identificado	9	1	10
Total	47887	3093	50980

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021. Organizado pelos autores

Na condição de extrema pobreza estão aquelas famílias que têm rendimento mensal de até R\$ 89,00 reais e pobreza aquelas famílias que têm o rendimento familiar mensal de R\$89,01 até R\$ 178,00 reais, ou seja, no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes cerca de 87,5% das famílias cadastradas vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Quando consideramos o total de famílias cadastradas no município com rendimento de R\$89,01 até R\$178,00 reais mensais, entre os territórios situados no perímetro urbano, alguns apresentam maior percentual de famílias em condições de pobreza (tabela 3).

Tabela 3: Percentual de famílias pobres acima de 5% no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes, por território do CRAS.

Território	% FAMILIAS POBRES
Chatuba	9,21%
Codin	9,31%
Esplanada	8,37%
Goitacazes	16,91%
Jardim Carioca	18,07%
Jockey	7,15%
Parque Guarus	6,85%

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021. Organizado pelos autores

Dos dez CRAS do perímetro urbano, sete apresentam percentual de famílias pobres acima de 5%, sendo que o Jardim Carioca, que se encontra totalmente dentro do perímetro, apresenta um percentual acima de 18% de famílias em situação de pobreza. Quanto às famílias em extrema pobreza (tabela 4), oito territórios apresentam percentual acima de 5%, destacando-se Codin com 10,48% e Parque Guarus com 11,50%, ambos situados inteiramente dentro do perímetro urbano.

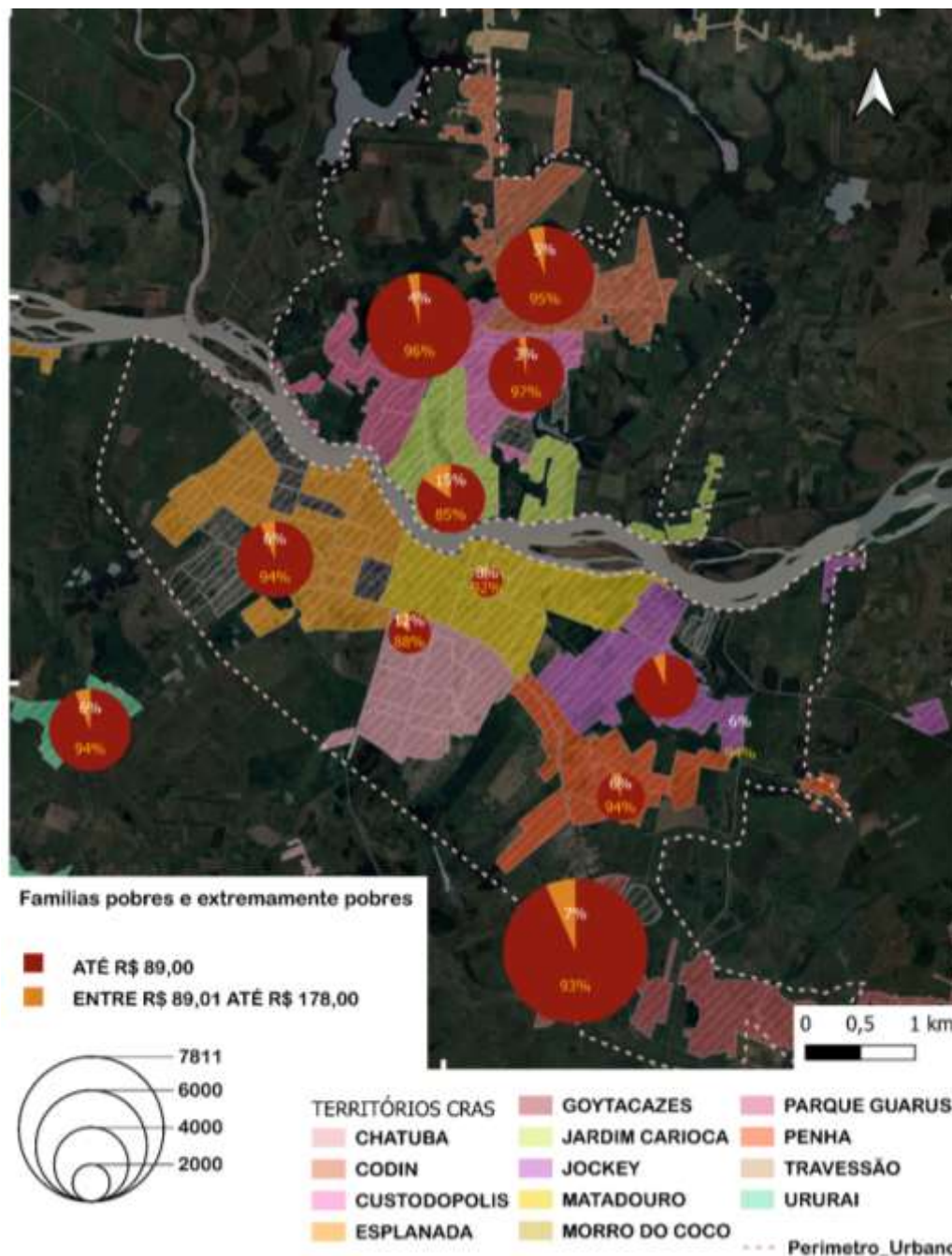
Tabela 4: Percentual de famílias extremamente pobres acima de 5% no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes-RJ, por território do CRAS.

Território	% FAMILIAS EXTREMAMENTE POBRES
Codin	10,48%
Custodopolis	8,23%
Esplanada	8,07%
Goitacazes	15,22%
Jardim Carioca	6,58%
Jockey	6,75%
Parque Guarus	11,50%
Penha	5,07%

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021. Organizado pelos autores.

O quantitativo e percentual de pobres e extremamente pobres apresentados (mapa 5) leva em consideração o total destas duas variáveis. As famílias que recorrem ao CRAS com rendimento inferior a R\$178,00 mensais representam mais de 88% se encontram em situação de extrema pobreza, independente do território ao qual estejam vinculadas. Além disso, percebe-se que há um peso maior aos territórios situados no eixo norte da cidade, com destaque para os territórios de Parque Guarus, Codin, Custodópolis, onde mais de 95% das famílias cadastradas estão em extrema pobreza.

Mapa 5: Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza cadastradas no CRAS no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes – RJ (2021).



Sistema de Coordenadas UTM Zona 24S / Fonte: Malha digital IBGE, 2021. CIDAC, 2021./ Dados: Secretaria de Assistência Social / Elaboração Cartográfica: Gláucia de Oliveira Claudio / Julho, 2022.

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021.

Para compreender melhor a situação destas famílias, é necessário avaliar as condições de moradia por território, tendo como base o abastecimento de água, a presença de banheiro no domicílio, a coleta de lixo realizada, o acesso a eletricidade e ao escoamento sanitário.

No que tange ao abastecimento de água, são considerados no Cadastro Único o fornecimento de água por meio de rede geral de distribuição, poço ou nascente, cisterna e outras formas. Sobre o escoamento sanitário, são considerados rede coletora de esgoto ou pluvial, fossa séptica, rudimentar, vala a céu aberta, direto para um rio, lago ou mar e outra forma. E a respeito da iluminação, são considerados elétrica com medidor próprio, comunitário ou sem medidor, óleo, querosene ou gás, vela e outras formas. Enquanto para coleta de lixo são considerados se é coletado diretamente ou indiretamente, queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida etc.), jogado em rio e mar ou se tem outro destino (Tabela 5).

Tabela 5. Territórios com condições de moradia segundo o CRAS.

Território	Famílias	Abastecimento de água	Banheiro	Coleta de lixo	Iluminação	Escoamento sanitário
Chatuba	3874	95,41%	94,30%	94,30%	93,47%	94,30%
Codin	6634	98,94%	96,23%	96,01%	94,57%	96,23%
Custodópolis	5348	99,85%	96,35%	98,77%	98,56%	96,35%
Esplanada	6205	96,13%	94,00%	91,51%	90,31%	94,00%
Goitacazes	10798	99,55%	98,58%	92,43%	95,84%	98,58%
Jardim Carioca	5691	98,79%	97,35%	96,57%	96,33%	97,35%
Jockey	4835	99,28%	97,52%	96,01%	96,01%	97,52%
Matadouro	3382	97,93%	97,01%	97,04%	95,98%	97,01%
Morro do Coco	3738	99,41%	96,84%	78,20%	95,53%	96,84%
Parque Guarus	7631	98,96%	96,29%	96,00%	95,78%	96,29%
Penha	3855	99,46%	98,24%	97,74%	97,15%	98,24%
Travessão	4701	99,51%	97,53%	87,41%	93,02%	97,53%
Ururá	5680	99,54%	95,72%	89,52%	90,70%	95,72%
Território não identificado	11	100,00%	100,00%	90,91%	81,82%	100,00%
Total	72383	98,77%	96,70%	93,40%	94,78%	96,70%

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021.

Entre os tipos de condições de moradia, o abastecimento de água é o que mais se destaca, enquanto a coleta de lixo tem o menor percentual. No entanto, tais condições não significam que as mesmas são ideais para moradia, visto que o levantamento leva em consideração todos os tipos de acesso.

A respeito dos territórios sem condições de moradia (Tabela 6) situados por completo no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes, Esplanada, Chatuba, e Codin se destacam pelo percentual de famílias que não apresentam condições de moradia, principalmente no que diz respeito à coleta de lixo, iluminação e escoamento sanitário.

Tabela 6. Territórios sem condições de moradia segundo o CRAS.

Território	Famílias	Abastecimento de água	Banheiro	Coleta de lixo	Iluminação	Escoamento sanitário
Chatuba	3874	4,59%	1,11%	5,70%	6,53%	5,70%
Codin	6634	1,06%	2,71%	3,99%	5,43%	3,77%
Custodopolis	5348	0,15%	3,50%	1,23%	1,44%	3,65%
Esplanada	6205	3,87%	2,13%	8,49%	9,69%	6,00%
Goitacazes	10798	0,45%	0,96%	7,57%	4,16%	1,42%
Jardim Carioca	5691	1,21%	1,44%	3,43%	3,67%	2,65%
Jockey	4835	0,72%	1,76%	3,99%	3,99%	2,48%
Matadouro	3382	2,07%	0,92%	2,96%	4,02%	2,99%
Morro Do Coco	3738	0,59%	2,57%	21,80%	4,47%	3,16%
Parque Guarus	7631	1,04%	2,67%	4,00%	4,22%	3,71%
Penha	3855	0,54%	1,22%	2,26%	2,85%	1,76%
Travessão	4701	0,49%	1,98%	12,59%	6,98%	2,47%
Ururai	5680	0,46%	3,82%	10,48%	9,30%	4,28%
Território Não Identificado	11	0,00%	0,00%	9,09%	18,18%	0,00%
Total	72383	1,23%	2,07%	6,60%	5,22%	3,30%

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021.

O preenchimento das informações leva em consideração as condições listadas anteriormente e a apresentação dos territórios com tais percentuais pode estar relacionado à forma de preenchimento dos dados, visto que o mesmo é preenchido por meio de um questionário realizado por assistentes sociais em cada CRAS.

Para compreender a real situação e traçar as condições ideais de moradias foram considerados o acesso a serviços públicos oferecidos à população (Quadro 3).

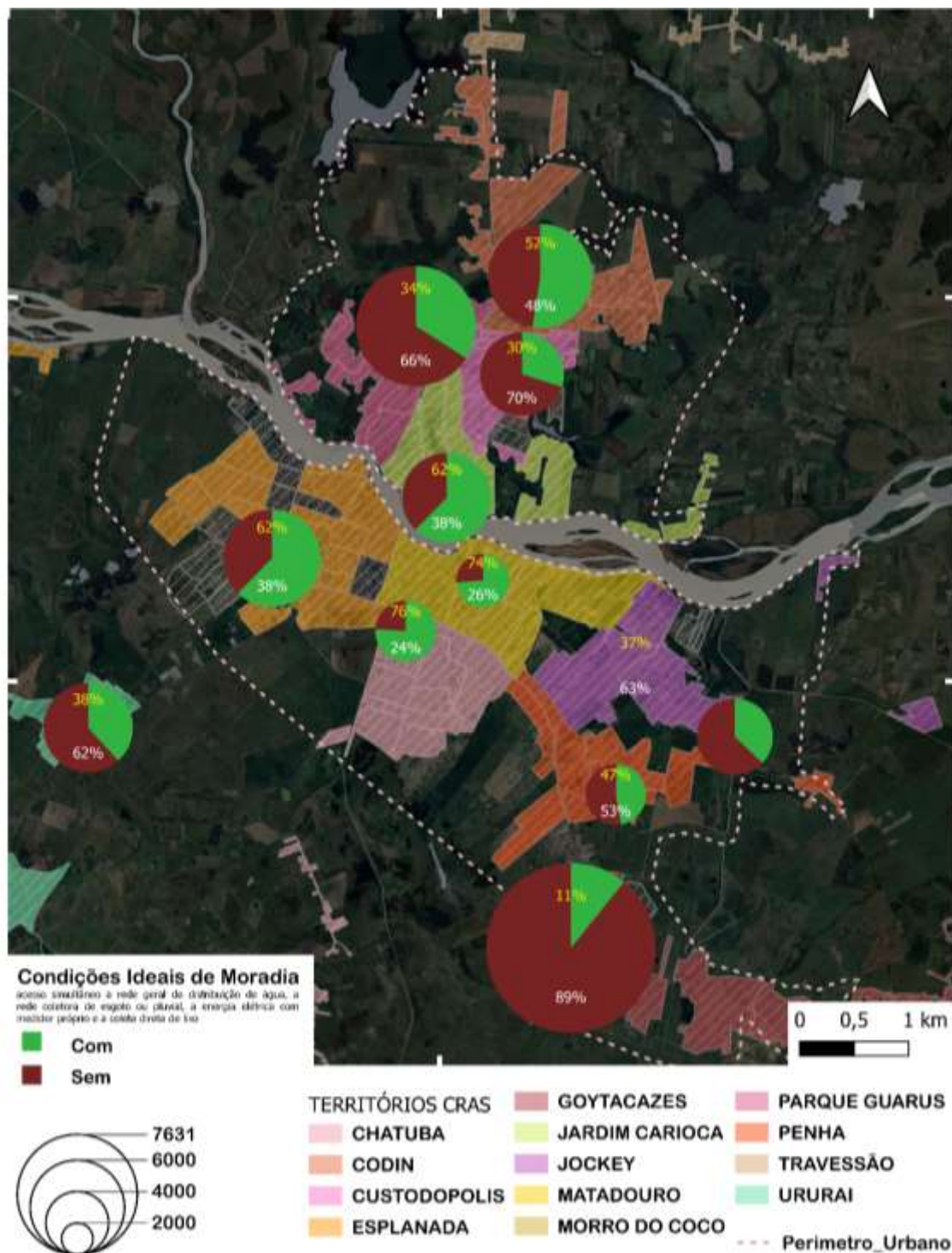
Quadro 3. Tipo de acesso a serviços públicos para condições ideais de moradia.

Acesso	Serviços públicos
Abastecimento de água	Rede geral de distribuição de água
Coleta de lixo	Coleta direta de lixo
Iluminação	Energia elétrica com medidor próprio
Escoamento sanitário	Rede coletora de esgoto ou pluvial

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021. Organizado pelos autores

O acesso a condições ideais de moradia (Mapa 6) para as famílias cadastradas está relacionado ao acesso simultâneo às redes de distribuição de água, coletora de esgoto ou pluvial, energia elétrica com medidor próprio e a coleta direta de lixo.

Mapa 6: Condições ideais de moradia das famílias cadastradas por territórios do CRAS no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes – RJ (2021).



Sistema de Coordenadas UTM Zona 24S / Fonte: Malha digital IBGE, 2021. CIDAC, 2021./ Dados: Secretaria de Assistência Social / Elaboração Cartográfica: Gláucia de Oliveira Claudio / Julho, 2022.

Fonte: Relatório Técnico de condições de moradia – SMDS, 2021.

Percebe-se que, no perímetro urbano, os territórios de Parque Guarus, Custodópolis e Jockey apresentam mais de 68% das famílias sem condições ideais de moradia. O território de Parque Guarus, que apresenta mais de 66% das famílias cadastradas sem acesso à moradia digna, é também o terceiro maior território do CRAS, tendo dois bairros entre os vinte mais populosos da cidade. Se levarmos isso em consideração, o território que mais tem pessoas cadastradas é o segundo maior percentual de famílias sem condições ideais de moradia. Ficando atrás apenas de Custodópolis e Penha, onde 70% das famílias estão sem acesso à moradia digna.

E entre os territórios analisados, cinco (Custodópolis, Goytacazes, Jockey, Parque Guarus e Penha) possuem mais de 50% de famílias sem condição adequada de moradia. Mas esta situação se agrava quando consideramos os territórios de Goytacazes (mas com ressalva que este não está por completo no perímetro urbano) e de Parque Guarus, Custodópolis e Codin. Ainda que este último não atinja 50% de pessoas sem acesso, é o quarto território que atende o maior número de famílias e apresenta 45,57% de famílias sem acesso adequado à moradia.

4. Conclusões

Os resultados apresentados nas seções anteriores desse texto trazem uma experiência de pesquisa que tem buscado contornar as dificuldades enfrentadas para realizar um comparativo dos espaços da exclusão social em Campos dos Goytacazes-RJ nas duas primeiras décadas do século XXI. A pesquisa contava com a realização do censo Demográfico de 2020, que foi interrompido, adiado e depois retomado, em função da adoção de políticas neoliberais de enxugamento das políticas sociais, da propagação da pandemia e dos interesses políticos-eleitorais decorrentes do aprofundamento da desigualdade social no país.

Pensando em dar continuidade na análise e no decorrer do processo, entendendo que os cenários precisam ser analisados independente da presença ou não de uma base de dados, optamos por recorrer a informações disponibilizadas na base de dados do CadÚnico, porque ela permite realizar uma leitura mais atualizada do panorama atual das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza da cidade de Campos. Essas famílias se situam prevalentemente nos espaços marcados pela exclusão social e precisaram recorrer ao CRAS por conta das dificuldades enfrentadas perante ao contexto pandêmico. Não obstante, esta base tem limitações no comparativo das duas primeiras décadas, tendo em vista que a análise por território do CRAS não nos permite entender a exclusão social na escala intraurbana por setor censitário, algo que é possível apenas com o censo demográfico do IBGE. A base de dados do CRAS nos permite, porém, realizar um diagnóstico da atual condição das famílias mais atingidas pela exclusão social.

Mas precisamos ter inteligência que, ao focarmos apenas para o território do CRAS, não conseguimos adentrar de fato nas áreas marcadas pela exclusão social, pois corremos o risco de generalizar bairros inteiros, visto que o território do CRAS abrange a área de atuação. Na verdade, os próprios bairros não são homogêneos quando adentramos a escala dos setores censitários. Porém, esta análise por território do CRAS possibilitou não só espacializarmos as áreas de atuação destes centros de

referências como também entender como estão distribuídos e como estes equipamentos públicos de tamanha relevância atendem a população mais vulnerável dentro do perímetro urbano.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. (2020) Sistema de cadastro do SUAS CadSUAS Brasília (DF)
- Carnoy, M. (1988) Estado e teoria política. Campinas: Papirus.
- Demo, P. (2005) Inclusão digital - cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*, v. 1, n. 1. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1504>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- Faleiros, V. P. (2006) Inclusão social e cidadania. 32ª. International Conference on Social welfare. Brasília.
- Gabatz, C. (2015) Reflexões sobre exclusão e vulnerabilidade social no Brasil contemporâneo. *Sociedade em Debate*, v. 21, n. 1, p. 33-49.
- Januzzi, P. M. (2005) Indicadores para Diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público de Brasília*, v. 56, n. 2, p. 137-160.
- Katzman, R – Comp. - (1999) Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: ECLAC Office, United Nations Development Programme.
- Koga, D (2003) Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez.
- Koga, D., & Nakano, K. (2005) Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: *Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente, Assistência Social, 2005, Brasília. Cadernos... Brasília: Abong*, p. 68-74.
- Lindo, P. (2011) Geografia e política de assistência social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Martins, J. S. (2002) A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, P. F., & Melazzo, E. S. (2013) Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social em Revista*, v. 16, n. 1, p. 66-88.
- CLAUDIO, G. O., & SANTOS, L. B. Os espaços da exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. *Revista Cerrados (UNIMONTES)*, v. 17, p. 66-95.
- Santos, M. (1997) Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano (2019). Relatório Técnico – Condições de Moradia.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano (2021). Relatório Técnico – Condições de Moradia.
- Simões, C. C. S. (2016). Breve histórico do processo demográfico. Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século, 21, 40-74.



Esta obra se encuentra bajo Licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0. Internacional. Reconocimiento - Permite copiar, distribuir, exhibir y representar la obra y hacer obras derivadas siempre y cuando reconozca y cite al autor original. No Comercial – Esta obra no puede ser utilizada con fines comerciales, a menos que se obtenga el permiso.